Responsabilidade extracontratual e negligência: comparação com a Suíça

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Prescrição

Uma ação de responsabilidade extracontratual (tort) deve ser proposta em seis anos a contar do surgimento da pretensão, que, na negligência, é a data do dano.[1] Para danos latentes, como uma vulnerabilidade introduzida anos antes de ser explorada, o prazo é estendido para três anos a partir da data em que o autor teve o conhecimento necessário para propor a ação, sujeito a um prazo máximo absoluto (long-stop) de quinze anos.[2] As pretensões por violação do trust contra um trustee que participou da fraude não estão sujeitas a nenhum prazo prescricional, o que constitui mais uma vantagem de formular a pretensão perante a equity quando os fatos o permitem.[3]

A responsabilidade extracontratual suíça, com base no art. 41 do Código das Obrigações suíço (OR/CO), exige um ato ilícito, o que, no caso de dano puramente econômico, significa a violação de uma norma destinada a proteger o patrimônio do autor. Esse requisito é mais estrito do que o de *Spandeck* e torna as pretensões por negligência com dano puramente econômico mais difíceis na Suíça do que em

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Singapura. Por outro lado, o direito suíço oferece o caminho da sociedade simples contra os participantes de uma DAO e a responsabilidade objetiva do empregador prevista no art. 55 CO, que não depende da mesma forma de o empregado agir no exercício do emprego. Um autor que escolhe entre os dois foros para uma ação extracontratual contra um custodiante geralmente preferirá Singapura se o custodiante estiver lá. Um autor que persegue participantes de uma DAO pode achar a Suíça mais promissora. A Parte D, Capítulo VII, traz os detalhes suíços.

Pretensão	**Singapura**	**Suíça**
Custódia negligente que causa prejuízo	Dever segundo *Spandeck*; dano puramente econômico indenizável; UCTA controla as exclusões	Responsabilidade contratual (art. 97 CO); art. 100 CO limita as exclusões; responsabilidade extracontratual só se violada norma de proteção
Responsabilidade do desenvolvedor por bug no protocolo	Em aberto; proximidade improvável em protocolos descentralizados	Art. 41 CO; exige ilicitude; em aberto
Participantes de DAO	Sem sociedade automática; buscar as pessoas e a entidade que exercem o controle	Sociedade simples (arts. 530 e seguintes CO); responsabilidade solidária
Relatório negligente de auditor	*Hedley Byrne* via *Spandeck*; ressalvas geralmente eficazes	Responsabilidade pela confiança (Vertrauenshaftung) em casos restritos
Fraude de funcionário	Responsabilidade vicária pelo teste da conexão estreita	Responsabilidade do empregador pelo art. 55 CO; art. 101 CO para auxiliares no âmbito contratual
Prescrição	6 anos; extensão para danos latentes; nenhuma para violação fraudulenta do trust	3 anos a partir do conhecimento, 10 anos absolutos (art. 60 CO, revisado em 2020)

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Nota prática

Um custodiante que deseja que seu regime de responsabilidade resista a um tribunal de Singapura deve fazer quatro coisas. Redigir as cláusulas de exclusão e limitação de modo a abranger, em palavras expressas, pretensões extracontratuais além das contratuais. Fixar o teto em um nível que guarde relação racional com os ativos sob custódia, já que um teto igual apenas às taxas convida a uma impugnação por falta de razoabilidade. Documentar o cumprimento das Technology Risk Management Guidelines da Monetary Authority of Singapore (MAS), porque essa documentação é a prova de que o padrão de cuidado foi atendido. E contratar um seguro que efetivamente cubra o furto de hot wallets, o que significa ler as exclusões de "entrega voluntária" (voluntary parting) e "acesso não autorizado" (unauthorised access) antes de assinar.

Notas

1. Limitation Act 1959, s 6(1)(a). ↩
2. Limitation Act 1959, s 24A (danos latentes). ↩
3. Limitation Act 1959, s 22(1) (nenhum prazo prescricional para a violação fraudulenta do trust ou para a recuperação de bens do trust em poder do trustee). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.